



## **FEMINISMO E LUTA DE CLASSE: HISTÓRIA, MOVIMENTO E DESAFIOS TEÓRICO-POLÍTICOS DO FEMINISMO NA CONTEMPORANEIDADE**

Telma Gurgel <sup>1</sup>

O Feminismo desde sua primeira expressão, como sujeito político das mulheres, na França, em 1789, vem se reafirmando como um movimento social que, assim como outros, desenvolve ações de ruptura estrutural-simbólica com os mecanismos que perpetuam as desigualdades sociais e estruturam os pilares da dominação patriarcal capitalista na contemporaneidade.

Assim, pretendemos dialogar com a história do feminismo procurando identificar em suas estratégias e reivindicações os elementos que unificam a luta das mulheres com um processo de transformação radical das relações sociais em sua totalidade.

### *1. Igualdade e liberdade*

A primeira vez que as mulheres se apresentaram na história como sujeito político, foi no processo da Revolução Francesa. Além da reivindicação pelos direitos políticos, existe registro da luta das mulheres pelo direito ao alistamento na carreira militar e ter acesso as armas, na defesa da revolução. Direito até então restrito aos homens, apesar da presença massiva das mulheres, nas ruas em levante populares contra o poder Real e da Igreja na organização da sociabilidade à época.

Desta forma, além de lutarem pela consolidação do poder popular em contraponto ao poder burguês, as mulheres iniciaram uma batalha histórica em torno do direito de participar ativamente da vida pública, no campo do trabalho, da educação e da representatividade política.

Assim durante todo o período de consolidação da sociedade moderna, as mulheres se mantiveram na resistência por isso mesmo, foram consideradas uma ameaça pela nascente ordem burguesa que, em 1793, proibiu reunião dos clubes de mulheres.

No texto a seguir, Riot-Sarcey ( 2002) apresenta os argumentos que justificavam tais proibições:

Todos os habitantes de um país devem e gozam de direitos de cidadãos passivos, todos tem direito a proteção de sua pessoa, de sua propriedade, de sua liberdade, etc... mas nem todos tem o direito a ser parte ativa da formação do poder público; nem todos são cidadãos ativos. As mulheres, [...] as crianças, os estrangeiros, aqueles que não contribuem em nada para o funcionamento público não devem, pois influenciar na coisa pública ( p. 20).

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa das Relações Sociais de Gênero e Feminismo. Email: telmagurgel@uern.br



Além dessa interdição do direito das mulheres exercerem a política, o regime burguês reafirmou a hierarquia na família como base para a organização social, posicionando-se contra o direito ao amor livre e ao divórcio, reclamado pelas mulheres no processo da Revolução Francesa. Ao mesmo tempo em que reafirma o poder do homem como chefe da família, ao qual devem estar subordinado todos os outros membros.

Também data deste período a publicação, em 1843, do livro *União Operária*, de Flora Tristan, no qual a autora propõe, mesmo antes de Marx e Engels, a criação de uma Associação Internacional de Trabalhadores e Trabalhadoras. Sendo, portanto, a primeira socialista a escrever sobre a indissociabilidade da luta das mulheres com a luta de classe.

Neste sentido, podemos destacar o seguinte texto, no qual Tristan (1985) argumenta “[...] reclamo os direitos das mulheres, porque estou convencida que todos os males do mundo provêm da incompreensão que se tem até hoje de que os direitos naturais são imprescindíveis para o ser mulher [...]” ( p. 104).

A luta das mulheres, portanto, neste período se dirigia tanto para as estruturas de Estado e parlamento, na reivindicação dos direitos civis e políticos, quanto para as organizações de trabalhadores, no sentido do apoio para as suas reivindicações que acima de tudo reclamavam por igualdade e liberdade para todos e todas.

Desse modo até a segunda metade dos anos de 1800 a luta pela igualdade era o tema central de mobilização das mulheres, que no geral assumiam as reivindicações pelo direito a educação, ao trabalho e a igualdade salarial, além dos direitos políticos.

Apesar das mulheres contarem com o apoio do movimento dos trabalhadores na maioria de suas reivindicações, foi particularmente, com relação ao direito ao trabalho que houve maior resistência. Inclusive em 1866, no congresso da Internacional dos Trabalhadores os delegados foram contrários ao trabalho feminino. Esta decisão provocou reação imediata das mulheres socialistas que intensificaram as manifestações e as petições públicas e fundaram a primeira associação feminista, chamada de Liga das Mulheres, em 1868.

Este acirramento de posições perdurou até 1871, quando emergiu a experiência da Comuna de Paris e as reivindicações pela igualdade entre os sexos, cedem lugar a causa comum da conquista de uma sociedade regida pelos interesses da classe trabalhadora.

Neste contexto, as mulheres tiveram grande contribuição nas ações de boicote, confronto e resistência ao poder dominante, assumindo um claro compromisso de classe com a luta socialista.



Além dessas ações as feministas proclamavam também a igualdade como condição de cidadania para todos. As francesas revolucionárias traziam, assim, pela primeira vez, para o Estado Moderno, a necessidade de se organizar a diferença de maneira igualitária, sendo necessária, portanto, uma relação política de igualdade.

É neste processo de autodesignação que se expressa a diversidade de sujeitos<sup>2</sup> que constituem a práxis histórica do feminismo.

## *2- O feminismo do século XIX : emancipação e luta sufragista*

A consolidação do capitalismo e a nascente industrialização provocaram um conjunto de alterações de ordem econômica, social e política que tiveram repercussões na vida das mulheres. No entanto, elas continuaram excluídas dos direitos civis e políticos

A luta sufragista surge neste contexto. As mulheres defendiam que o sufrágio universal possibilitaria o acesso das mulheres ao parlamento e por conseguinte abriria a possibilidade de mudança no conjunto das leis e instituições. A luta sufragista também possibilitaria uma ampla aliança entre as mulheres, unificando posições políticas diferente.

A reivindicação pelo direito ao sufrágio mobilizou as mulheres por sete décadas em diferentes países e regiões do mundo. De início, tanto nos Estados Unidos quanto em alguns países da Europa, as sufragistas se dividiam devido suas estratégias: um setor priorizava a luta pela mudança em nível de Constituição Federal, o que exigia o apoio parlamentar. Outra tendência era de ações estaduais, ou seja, o sufrágio se daria mediante mudanças nas Constituições de cada Estado. Assim, o movimento chegou a envolver milhões de mulheres em inúmeras ações.

Dentre as particularidades deste movimento, sem dúvida, o seu caráter de massa foi o que mais desafiou as feministas socialistas, no interior das organizações sindicais, bem como na estrutura dos partidos socialistascomunistas. Para justificar a importância da luta das mulheres, para o processo de transformação radical da sociedade.<sup>3</sup>

Sem dúvida que, o debate em torno desse caráter e de seu papel na luta revolucionária, mobilizou, articulou e ao mesmo tempo, dividiu a ação das feministas. No entanto, foi fundamental para a consolidação do posicionamento político do movimento no sentido de articular a luta das mulheres com a luta pela emancipação humana.

---

<sup>2</sup> Miguel (2000) aborda este processo no artigo: **Los feminismos a través de la historia**. Disponível em: <http://creatividadfeminista.org./articulos/ feminismo, 2000>.

<sup>3</sup> González (2010) apresenta esse debate no movimento, bem como a relação das sufragistas com as socialistas.



Isto por quê como já situamos, a entrada das mulheres no mundo do trabalho enfrentou forte resistência de parte dos trabalhadores que, dominados pela ideologia patriarcal, consideravam essa presença além de uma ameaça aos seus empregos, mas também uma deturpação do papel tradicional das mulheres que para eles deveria se reduzir ao cuidado do lar.

Assim, além desse enfrentamento as mulheres tiveram que desafiar as próprias organizações sindicais para aceitá-las como parte e, portanto, assumirem suas reivindicações por salários iguais e direitos políticos.

A agudização da questão social no século XIX aprofunda o caráter social da opressão das mulheres e contribui para uma maior aproximação das organizações de mulheres, com a luta socialista. Culminando com a realização de Congressos Internacionais, nos quais se definiam linhas de atuação política para organização das mulheres nos partidos comunistas. Foi inclusive, num desses encontros, em 1910, que foi definido a realização da primeira Jornada Internacional da Mulher que iniciou a tradição do 08 de março, em nível mundial, segundo algumas pensadoras feministas, como González (2010).

O importante de se destacar neste contexto foi a articulação estratégica entre a luta pela autonomia e autodeterminação das mulheres com a busca incessante da emancipação humana, frente as forças destrutivas do capital. Conforme nos ressalta Mészáros,

[...] estando [...] centrada na questão da igualdade substantiva, uma grande causa histórica em movimento, sem encontrar saídas para a sua realização dentro dos limites do sistema do capital. A causa da emancipação e da igualdade das mulheres envolve os processos e instituições mais importantes de toda a ordem sociometabólica (2002, p. 307).

A experiência do socialismo real, nos países de Leste europeu, evidenciou as dificuldades desta articulação, na medida em que as transformações da base produtiva não alteraram as relações de poder e de desigualdades entre homens e mulheres. Sobre este fato os escritos de Alexandra Kollontai (1982) acerca da emergência de uma nova moral com a destruição do patriarcado, considerado uma estrutura de reprodução ideológica da sociedade de classe, é um dos exemplos que podemos destacar dessa difícil incorporação das demandas de liberdade e autonomia das mulheres, pela esquerda mundial socialista.

Fato que reafirma a necessidade histórica da continuidade da auto-organização das mulheres nas organizações de esquerda e na luta anticapitalista, como forma de se constituir um campo político no qual a igualdade entre os sexos e a ruptura radical com as estruturas de opressão-dominância do capitalismo, caminhem com a mesma intensidade e força política no interior do projeto libertário.



### *3- Feminismo e transformação social*

Destarte, ao longo de sua história, o movimento feminista vem assumindo temáticas que refletem a heterogeneidade da classe trabalhadora, intervindo no campo da dominação das subjetividades

O fato do movimento feminista dar visibilidade a temas como o questionamento da sexualidade heteronormativa, a reivindicação do direito ao aborto, a defesa da maternidade como opção, a denúncia da jornada intensiva de trabalho das mulheres e da educação sexista como um dos estruturantes da violência contra a mulher, enfim, temas que publicizam as relações do mundo doméstico. Provocou também resistência dos partidos socialistas à luta específica das mulheres, considerando que estas fragmentariam a unidade de classe, entre os trabalhadores e trabalhadoras.

De certa maneira esse receio, salvo o atrelamento dos temas a reformas burguesas, teve um fundamento histórico. Pois as feministas se centralizavam na construção cultural da dominação masculina e expunham as contradições e os mecanismos de poder que legitimavam no interior da própria classe operária a desigualdade entre os sexos.

Por outro lado, a resistência política a luta específica das mulheres, desafiou e continua a desafiar as organização de feministas no interior dos partidos de esquerda, na construção do programa estratégico, a compreensão de que assim como a classe, o gênero e a raça/etnia compõem a ontologia do ser social.

É pertinente dizer que essas dimensões do ser são apropriadas pelo sistema de classe, para perpetuar o processo de acumulação, mediante a exploração da classe trabalhadora, em todas as esferas da vida social, em particular na esfera do trabalho condição primária do lucro para o capital.

### *4- Os intempestivos anos de 1960 e 1970 : corpo e sexualidade na agenda feminista*

Nos anos de 1960, principalmente em alguns países da Europa e nos EUA, as mulheres juntamente com outros segmentos sociais, como estudantes, jovens, intelectuais, operários, artistas, participam de grandes mobilizações populares que questionaram, primeiramente, todas as formas de autoritarismo, totalitarismo, colonialismo e ações militarista sob a vida e dignidade humana.

O movimento com a forte influência do Segundo Sexo, de Simone Beauvoir, e sua famosa tese de *não se nasce mulher, torna-se mulher*, também recolocou em cena a desnaturalização do papel social da mulher. Com a centralidade na questão do direito a dispor autonomamente sobre sua própria vida mediante apropriação de seu corpo.



Neste sentido o direito ao aborto, a uma sexualidade livre sem a determinação heteronormativa, o confronto com o modelo patriarcal de família e com a invisibilidade jurídica da mulher, a qual após o casamento perderia todos os direitos civis e passaria a depender da autorização do marido para qualquer ato, até mesmo o de conseguir um emprego. São temas de grandes atos do movimento pelo mundo.

Assim, as longas manifestações eram acompanhadas de ações de fortes questionamentos ao poder do Estado, da família e da Igreja, considerados pontos de sustentação ideológica do capitalismo em todos os seus mecanismos de dominação e opressão da vida social.

Ao mesmo tempo, os partidos de esquerda resistiam a encampar estas bandeiras e muitas vezes as mulheres eram ridicularizadas em suas manifestações no interior destas organizações. Muitos registros retratam a reação das mulheres como protesto político que solicitava dos companheiros de partido, uma revolução por inteira.

Neste sentido, o feminismo tem o desafio permanentemente, de se constituir numa unidade entre o específico e geral, entre o interesse das mulheres e a luta por transformação radical da sociedade.

Deve portanto, definir estratégias que atuem na busca dos pontos comuns, nas particularidades de cada opressão, contudo, sem perder de vista o horizonte da emancipação humana.

Na América Latina e no Brasil em particular, estes anos estavam envoltos com a dura realidade das ditaduras militares, pelo continente. Sendo assim, o movimento feminista se alia a outras forças, pela redemocratização e em ações de questionamento a política econômica do país, como por exemplo, na luta contra a carestia, em finais do anos de 1970.

Neste momento histórico se observa mais uma vez a retração da defesa dos interesses específicos das mulheres, em nome da resistência às ditaduras e a construção do socialismo na região, nas experiências revolucionárias na região como Cuba, Nicarágua e El Salvador.

##### *5- Contraditórios anos de 1980 : feminismo, estado e autonomia das mulheres*

Para o feminismo nos países da América Latina, a década de 1980 significou um período de grandes contradições, pois, com o processo de “redemocratização” dos países, os governos latinoamericanos iniciam uma ampliação dos espaços de participação política e promovem uma resignificação do conceito de sociedade civil, segundo Wood (2006) e Montañó (2002), que lhe abstrai o caráter de arena de luta de interesses antagônicos entre as classes sociais.



Autoras como Alvarez (1998), Castro (1997), Curiel (1998), demarcam este período como um momento de grandes tensionamentos no interior do feminismo latinoamericano, com rebatimentos na contemporaneidade. Isto porque as experiências de uma “redemocratização” mediante reformas no Estado impulsionou os movimentos sociais, entre eles, o feminista a reatualizar sua crítica frente ao Estado.

A partir de meados da década de 1980 houve uma forte iniciativa dos governos na incorporação da categoria das relações sociais de gênero, como base ou como tema transversal nas políticas públicas.

Decorre deste processo a criação, a partir de finais dos anos de 1980, de um conjunto de organismos de controle social e de elaboração de políticas, que passaram a ser mais um espaço de participação política dos movimentos sociais e das Organizações Não Governamentais- ONG. Este processo evidencia o ponto de tensionamento para o feminismo: a questão da autonomia.

O feminismo na América Latina tem teorizado sobre a autonomia levando em consideração três aspectos: 1- o reconhecimento do sistema patriarcal como estruturante da opressão e dominação da mulher; 2- a autodeterminação das mulheres como condição ontológica do feminismo como sujeito coletivo 3- a emancipação humana como princípio constitutivo do ser político feminista.

O questionamento em torno da autonomia também se desenvolveu em torno do reconhecimento das diferentes opressões vivenciadas pelas mulheres e do seu núcleo comum que possibilita a construção de uma identidade coletiva.

Fenômeno este que provocou uma atualização das demandas feministas alimentando seu questionamento da totalidade da vida social, com a centralidade do confronto ao patriarcado, ao capitalismo e as formas tradicionais do fazer política, radicalizando a contradição entre os interesses das mulheres, o papel do Estado e os interesses de classe.

#### *6- Anos de 1990 : o desafio da transnacionalização das lutas*

A última década do século XX, em meio a ofensiva neoliberal e as contra-reformas no Estado – na qual se privilegia a redução de investimentos em políticas sociais de cunho redistributivas e, ao mesmo tempo, concebe-se ações que transferem para a sociedade civil a responsabilidade com o atendimento de demandas sociais, não garantidas por meio das políticas públicas –, representou, para os movimentos sociais e, em particular para feminismo, um período de grandes mudanças em sua identidade organizativa.



No plano político, segundo Hayek, citado por Anderson (2000, p.10), era imperativo para a hegemonia neoliberal, o controle e a fragmentação do potencial reivindicativo dos movimentos sociais.

Como síntese dessas alterações no “conteúdo” das lutas sociais, destacamos que esta realidade, evidencia pelo menos uma problemática que é um processo acentuado e progressivo de “despolitização e esvaziamento das organizações populares e suas demandas sociais, agora intermediadas pela ONG” (MONTAÑO, 2002, p. 274).

O feminismo, em particular, acompanhou essa tendência hegemônica, já iniciada na década passada, no processo de redemocratização. E passou por vários dilemas internos, ao se deparar com um grande número de ONGs, em substituição aos antigos grupo feministas.

Além do enfrentamento desse conflito interno o feminismo buscou se contrapor a ofensiva regressivaconservadora, da década de 90, mediante a construção de amplas articulações entre si e com outrass organizações do campo antiglobalização. Iniciando, um novo momento de internacionalização de suas demandas.

Neste processo fica cada vez mais evidente, a necessidade de uma unidade programática que possibilite ações conjuntas com amplas repercussões no campo da política, da economia e da ideologia. Ações que, segundo Fraser (2007) consigam interligar lutas em contraposição a concentração de riquezas e má distribuição, com aquelas que reivindicam questões de reconhecimento que pressupõem igualmente uma ruptura simbólica radical, na estrutura social.

Em síntese retomamos a afirmação de que para o feminismo a luta deve responder a elementos de mudanças internas, com a construção de espaços amplos de articulação e lutas políticas que consigam mobilizar cada uma das mulheres mediante o reconhecimento de sua particularidade de ser e ao mesmo tempo, a partir do reconhecimento das múltiplas determinações que compõem suas experiências de mulher, perpassando portanto as dimensões de classe, raça, geração, sexualidade, afetividade entre outras questões.

Determinações estas que, como nos ensina os manuscritos econômicos e filosóficos, de Marx e Engles, deve ser situadas como nexos internos da condição de opressão/dominação das mulheres, constituindo-se como forças mobilizadoras da revolução que, como já falamos dever ser por inteira.

Consideramos que este processo garante o respeito a heterogeneidade da composição social do feminismo, que se constitui como sujeito num duplo processo: “ no reconhecimento da



diversidade e na construção de uma unidade diversa identitária mediante a legitimação das experiências particulares no interior da identidade coletiva”. (GURGEL,2004, p. 64).

Com esta percepção de “coletivo total”, interpretamos como desafio do movimento feminista a definição de estratégias que atuem na busca dos pontos comuns, nas particularidades de cada opressão, contudo, sem perder de vista o horizonte da emancipação humana. Afinal, apenas com o alcance desta, podemos vivenciar verdadeiramente a liberdade, por inteiro, objetivo maior do feminismo.

### *Referências*

- ALVAREZ, Sônia. Feminismos Latino-americanos. **Revistas Estudos Feministas**. Rio de Janeiro. IFSC/UFRJ-PPCIS/UERJ, n. 2, p. 265-284, 1998.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- BEAUOIR, Simone. **O segundo Sexo** . Fatos e Mitos. Vol 1. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1981.
- CASTRO, Mary Garcia. Feminismos e feminismos, reflexões à esquerda. **Presença de Mulher**, São Paulo, n. 29, p. 03-09, 1997.
- CURIEL, Ochy y ESPINOSA, Yuderkis. **Los Encuentros Feministas de América Latina y El Caribe**. Santo Domingo - República Dominicana: Editorial, 1998.
- FRASER, Nancy. Meapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas** Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão.-v.15, n.2,2007, p.291-308.
- GURGEL, Telma. Feminismo e Liberdade: Sujeito Total e Tardio na América Latina. Tese de Doutorado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.
- KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a nova moral sexual**. Col. Bases, n. 06. São Paulo: Global Editora, 1982.
- MÉZÁROS, Istivan. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MONTÃO,Carlos. Terceiro Setor e Questão Social- crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- RIOT- SARCEY, Michelle . Histoire du féminisme. Paris : La découverte, 2002
- TRISTAN, Flora. Union Ouvrière. Paris: Des Femmes, 1986.
- WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.